

Fundação
Bienal de
São Paulo

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados dos exercícios	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio social	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Fundação Bienal de São Paulo
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Bienal de São Paulo (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Bienal de São Paulo em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e a Resolução CFC nº 1409/12 que aprova a ITG 2002 – entidades sem finalidade de lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e a Resolução CFC nº 1409/12 que aprova a ITG 2002 – entidades sem finalidade de lucros - pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de maio de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Eduardo Tomazelli Remedi
Contador CRC 1SP-259915/O-0

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

Ativo	Notas	2020	2019	Passivo	Notas	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	8.273	7.128	Fornecedores sem restrição	8	67	23
Recursos financeiros com restrição	4	21.461	18.282	Fornecedores com restrição	8	219	124
Adiantamento e créditos a receber	5	549	99	Obrigações com empregados	9	1.381	1.383
				Obrigações tributárias	10	48	48
				Adiantamento de cessionários	11	4.078	3.497
				Subvenções a realizar	12	21.107	18.278
		30.283	25.509			26.900	23.353
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais	13	3	47	Provisão para contingências	9	-	-
Imobilizado	6	3.874	4.261	Subvenções a realizar	12	769	916
Intangível	7	854	1.015			769	916
		4.731	5.323	Patrimônio líquido			
				Capital social	14	4.066	3.076
				Outras reservas	14	2.437	2.437
				Reserva de reavaliação	14	842	1.050
						7.345	6.563
Total do ativo		35.014	30.832	Total do Passivo		35.014	30.832

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados dos exercícios

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

	Notas	2020	2019
Receitas operacionais			
Com restrição			
Programas de atividade cultural	16	14.576	14.118
Rendimentos financeiros	16	307	125
Sem restrição			
Contribuições e doações	16	4.255	10.661
Rendimentos financeiros	16	221	117
Trabalho voluntário	20	221	299
Total das receitas operacionais		19.580	25.321
Custos das atividades			
Custos gerais com projetos	17	(6.457)	(6.877)
(=) Resultado bruto		13.123	18.444
Despesas com pessoal - projetos	17	(8.426)	(7.366)
Despesas com pessoal - próprias	18	(1.524)	(3.094)
Despesas administrativas e gerais	18	(1.646)	(2.701)
Trabalho voluntário	20	(221)	(299)
Despesas com depreciação e amortização	6 e 7	(509)	(328)
Despesas fiscais, trabalhistas e cíveis	18	-	(23)
Despesas financeiras	18	(16)	(159)
Total das despesas das atividades		(12.342)	(13.970)
(Déficit) / superávit dos exercícios		781	4.474

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

	2020	2019
Superávit/Deficit do exercício	781	4.474
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	781	4.474

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio social

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Superavit/Deficit Acumulados	Total
Saldos em 01 de Janeiro de 2019	199	2.437	1.258	(1.804)	2.089
Realização das reservas de reavaliação	-	-	(209)	209	-
Superávit do período	-	-	-	4.474	4.474
Incorporação ao patrimônio	2.877	-	-	(2.877)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.076	2.437	1.050	-	6.564
Realização das reservas de reavaliação	-	-	(208)	208	-
Superávit do período	-	-	-	781	781
Incorporação ao patrimônio	990	-	-	(990)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.066	2.437	842	-	7.346

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Fundação Bienal de São Paulo

CNPJ: 60.991.585/0001-80

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

Descrição

	2020	2019
Superávit/déficit dos exercicios	781	4.474
Ajustes Por		
Baixa de imobilizado por obsolescência (Reversão)/provisão para contingências	-	-
Atualização monetária de depósitos judiciais	-	(74)
Juros sobre empréstimos	-	2
Depreciação e amortização	-	132
	656	476
(Déficit) / superávit dos exercícios ajustados	1.437	5.010
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Recursos Financeiros com restrição	(3.179)	(12.265)
Créditos a receber	30	(28)
Adiantamentos e despesas antecipadas	(480)	-
Depositos Judiciais	44	-
Fornecedores com e sem restrição	138	(41)
Obrigações tributárias	-	8
Obrigações com empregados	(2)	187
Adiantamento de cessionários	581	2.112
Subvenções a realizar	2.682	12.210
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(185)	2.183
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(107)	(43)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(107)	(43)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de empréstimos	-	-
		(1.799)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		(1.799)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	1.145	5.351
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.128	1.776
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.273	7.128

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Fundação Bienal de São Paulo (“FBSP”) é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde está estabelecida no Parque do Ibirapuera, Portão 3, Pavilhão "CICCILLO MATARAZZO", com prazo de duração indeterminado.

A FBSP foi criada e instituída em 8 de maio de 1962, como instituição de natureza educacional e cultural, sem vinculações políticas ou religiosas. A Fundação tem por missão apresentar e debater a arte contemporânea por meio da realização da Bienal de São Paulo e suas itinerâncias em diversas cidades do Brasil e do exterior e de outras ações pertinentes nos âmbitos nacional e internacional.

A receita da FBSP é constituída por doações, legados e subvenções de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas; e pela renda derivada de seu patrimônio ou da exploração de suas atividades estatutárias.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira uniforme nos exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas, bem como considerando as premissas da Resolução CFC nº 1409/12 que aprova a ITG 2002 – entidades sem finalidade de lucros.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Superintendência em 04 de maio de 2021.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social são: (a) provisão para contingências; (b) depreciação e amortização.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a noventa dias considerada a data de aquisição, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.3 Instrumentos financeiros

2.3.1 Classificação

A FBSP classifica seus ativos financeiros sob as categorias de caixa, equivalentes de caixa, recursos financeiros e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A FBSP não possui ativos financeiros classificados como avaliados ao valor justo com ajuste em resultados abrangentes ou mantidos ao custo amortizado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para fins de liquidez e uso frequente em suas operações.

Os ativos financeiros avaliados a valor justo correspondem a Certificados de Depósitos Bancários, valorizados com base no rendimento auferido no período, calculado com base na taxa de juros aplicável para seu resgate imediato.

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

As aplicações e resgates de ativos financeiros são reconhecidos na data de negociação. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados ao resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxo de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" e "Despesas financeiras", no período em que ocorrem.

A norma contábil para instrumentos financeiros estabelece uma hierarquia de três níveis para valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela FBSP, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. Os ativos da FBSP estão integralmente classificados no Nível 2, descrito abaixo:

- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

2.4 Recursos financeiros com restrição

Estão representados por saldos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo, demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, a serem aplicados na execução dos projetos.

2.5 Imobilizado e intangível

O ativo imobilizado é demonstrado pelo custo, menos depreciação acumulada. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos durante a vida útil estimada dos ativos.

O intangível está representado pelo Dossiê Ciccilo Matarazzo, documentações iconográficas das bienais, softwares e licenças de uso softwares. A amortização é calculada com base no método linear de acordo com a vida útil dos ativos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.6 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

Refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano da data-base das demonstrações financeiras. Caso contrário, os saldos são apresentados no passivo não circulante.

2.7 Demais ativos e passivos circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

2.8 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a FBSP tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

2.9 Contingências ativas e passivas

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

- **Contingências ativas** - não há ganhos contingentes significativos que requeiram divulgação.
- **Contingências passivas** - são provisionadas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, quando a perda for avaliada como provável e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perdas possíveis não são provisionadas, sendo apenas divulgadas em notas explicativas às demonstrações financeiras, e as classificadas como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

2.10 Patrimônio líquido

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores, acrescido ou diminuído do resultado apurado em cada exercício, e por doações recebidas de terceiros registradas na conta de reservas de capital.

2.11 Trabalho voluntário

A Resolução CFC nº 1.409 que aprovou a NBC ITG Entidade sem fins lucrativos, determina que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

2.12 Reconhecimento da receita

As receitas com doações que não requerem cumprimento de obrigações por parte da Instituição são registradas conforme o recebimento dessas doações. Os custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência. As receitas com contribuição governamental são reconhecidas de acordo com os requerimentos da NBC TG 07 - subvenção e assistências governamentais.

A receita de cessão de espaço é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

a. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida com base no método de taxa de juros efetiva.

3 Caixa e equivalentes de caixa

Abaixo apresentamos a composição de caixa e equivalentes de caixa:

	2020	2019
Caixa	5	3
Bancos conta movimento	63	123
Certificados de depósitos bancários - CDB	<u>8.205</u>	<u>7.002</u>
	<u>8.273</u>	<u>7.128</u>

As aplicações financeiras são remuneradas, substancialmente, com taxa de juros, equivalente a 98% da variação do Índice de Depósito Interbancário (DI), sendo ativos financeiros de alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor. Os rendimentos auferidos até a data do balanço são apropriados ao resultado do exercício. As referidas aplicações não estão sujeitas a qualquer penalidade pelo seu resgate antecipado.

4 Recursos financeiros com restrição

Refere-se a recursos oriundos de contribuições de leis de incentivo recebidas para a realização dos projetos específicos, e estão apresentados da seguinte forma:

Bancos conta movimento - com restrição	2020	2019
Plano Anual 2018 FBSP - Pronac 177114	300	-
Plano Anual 2019 FBSP - Pronac 182614	-	3.000
Subvenção Prefeitura do Município de São Paulo 2019	-	38
Plano Bianual 2020/2021 FBSP - Pronac 191925	6.336	12.775
Subvenção Prefeitura do Município de São Paulo 2020	28	-
Plano Anual 2020 - ProMAC 2020020300917	4	-
	6.668	15.813
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
Aplicações financeiras em CDB - com restrição	2020	2019
Subvenção Prefeitura do Município de São Paulo 2019	-	2.319
Plano Anual 2019 FBSP - ProAC 27210	-	150
Subvenção Prefeitura do Município de São Paulo 2020	2.811	-
Plano Bianual 2020/2021 FBSP - Pronac 191925	11.375	-
Plano Anual 2020 - ProMAC 2020020300917	607	-
	14.793	2.469
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
Totais	21.461	18.282
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

Os principais saldos em Bancos - conta movimento – com restrição em 31 de dezembro de 2020 e 2019 representam recursos transferidos à FBSP pelos patrocinadores, porém ainda não formalmente transferidos à conta da FBSP pela Secretaria Especial da Cultura. Após essa liberação são aplicados no mercado financeiro.

As aplicações financeiras são remuneradas, substancialmente, com taxa de juros equivalente a 98% da variação do Índice de Depósito Interbancário (DI), sendo ativos financeiros de alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor. Os rendimentos auferidos até a data do balanço são apropriados ao resultado do exercício. As referidas aplicações não estão sujeitas a qualquer penalidade pelo seu resgate antecipado.

5 Créditos a Receber

Os créditos a receber estão representados da seguinte forma:

	2020	2019
Créditos a receber (i)	12	42
Fornecedores (ii)	441	1
Adiantamento de férias e 13º Salário	77	36
Prêmios de seguros a apropriar	19	20
	549	99
	549	99

- (i) Os créditos a receber são reembolsos de despesas dos cessionários, a título de ressarcimento pelo consumo de energia elétrica e água, pintura do pavilhão referente à área utilizada e por eventuais danos estruturais causados nas dependências do pavilhão durante a realização de seus eventos.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2020, trata-se de valores adiantados para empresa Elevadores Atlas Schindler para substituição de duas escadas rolantes no Pavilhão Ciccillo Matarazzo, que serão contabilizadas no ativo imobilizado na conclusão das instalações e respectiva entrega da documentação fiscal.

6 Imobilizado

Abaixo apresentamos a composição do ativo imobilizado.

			2020		2019	
Imobilizado sem restrição	Prazo de depreciação (Em anos)	Taxa anual	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros – revitalização do pavilhão da Bienal (i)	25	4%	3.562	(1.357)	2.205	2.352
Equipamentos de informática	5	20%	337	(254)	83	101
Instalações	10	10%	2.870	(2.172)	698	832
Máquinas/equipamentos	10	10%	431	(312)	119	78
Móveis e utensílios	10	10%	997	(678)	319	415
Veículos	5	20%	105	(105)	-	-
Equipamentos de comunicação	10	10%	7	(7)	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros – reforma no térreo do pavilhão da Bienal (ii)	25	4%	548	(98)	450	483
			8.857	(4.983)	3.874	4.261
			8.857	(4.983)	3.874	4.261

- (i) Refere-se a revitalização geral do pavilhão da Bienal, visando principalmente a adequação à normas de segurança.
- (ii) Refere-se a reforma do térreo do pavilhão da Bienal.

A movimentação do imobilizado está assim representada:

	2020	2019
No início do exercício	4.261	4.625
Aquisição de bens	107	33
Baixas de bens	-	-
Depreciação – revitalização do pavilhão - Nota explicativa 13 (i)	(147)	(147)
Despesas com depreciação	(347)	(250)
No final do exercício	<u>3.874</u>	<u>4.261</u>

7 Intangível

				2020			2019
	Prazo de depreciação	Taxa ao ano	Custo	Amortização acumulada	Líquido		Líquido
Dossiê Ciccillo Matarazzo (i)	10	10%	394	(285)	109		192
Bienais (ii)	10	10%	360	(261)	99		175
Acervo (iii)	-	-	639	-	639		639
Software	5	20%	98	(98)	-		-
Licença uso de software	5	20%	71	(64)	7		9
			<u>1.562</u>	<u>(708)</u>	<u>854</u>		<u>1.015</u>

- (i) Dossiê Ciccillo Matarazzo refere-se a um conjunto de documentos históricos, no qual se encontram documentos, fotografias e objetos pessoais de Ciccilo Matarazzo, fundador da FBSP e outras instituições. Este conjunto de documentos foi doado pela família à FBSP após a morte de Ciccillo Matarazzo. O montante registrado se refere ao empenho de limpeza, conservação e catalogação dos documentos históricos recebidos.
- (ii) Esse saldo refere-se à documentação iconográfica das Bienais e à restauração, conservação e higienização do acervo do Arquivo Histórico da Fundação. Foi realizado um plano de classificação, ordenação e das ampliações fotográficas, revisão do banco de dados e núcleo de gestão documental. Implantamos a depreciação da Documentação Iconográfica das Bienal a partir de 2015 com taxa de depreciação de 10% a.a.
- (iii) O Arquivo Histórico da Bienal contém documentos, pastas, livros, fotografias, negativos, filmes e outros materiais relativos à produção das Bienais e arte em geral. Este arquivo é organizado e mantido pela FBSP como bem cultural de interesse histórico principalmente para consultas e pesquisas.

As obras que participam das Bienais de São Paulo não são de propriedade da FBSP: são emprestadas para a mostra ou comissionadas para serem expostas e depois entregues aos artistas. As obras incluídas no item “Acervo”, acima, são telas, gravuras, fotografias e esculturas doados à Fundação, que se encontram identificados no ativo fixo e estão fisicamente distribuídos nas dependências da área administrativa e no Arquivo Histórico da FBSP.

A movimentação do intangível está assim representada:

	2020	2019
No início do exercício	1.015	1.086
Aquisição de bens	-	9
Baixa de bens	-	-
Despesas com amortização	(161)	(79)
No final do exercício	<u>854</u>	<u>1.015</u>

8 Fornecedores

Abaixo apresentamos os saldos de fornecedores segregado em: fornecedores com restrição e fornecedores sem restrição. Os fornecedores sem restrição são inerentes à manutenção das operações rotineiras da FBSP e os fornecedores com restrição estão relacionados aos projetos gerenciados pela FBSP e patrocinados pela Prefeitura do Município de São Paulo (“PMSP”) e pelo Programa de Municipal de Apoio a Projetos Culturais – Pro-Mac:

Fornecedores sem restrição	2020	2019
Diversos	67	23
	<hr/>	<hr/>
Total	67	23
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
Fornecedores com restrição		
PMSP 2019 (Prefeitura Municipal de São Paulo)	-	98
Plano Anual 2019 0 ProAC 27210 (Secretaria e Economia Criativa do Estado de SP)	-	26
PMSP 2020 (Prefeitura Municipal de São Paulo)	104	-
Plano Bianual 2020/2021 FBSP - Pronac 191925	75	-
Plano Anual 2020 - ProMAC 2020020300917	40	-
	<hr/>	<hr/>
Total	219	124
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

9 Obrigações com empregados

Abaixo apresentamos a composição analítica de “obrigações com empregados”:

	2020	2019
Salários e ordenados a pagar	7	7
Contribuições sociais a recolher	342	425
Provisões para férias e encargos	<u>1.032</u>	<u>951</u>
Total	<u>1.381</u>	<u>1.383</u>

10 Obrigações tributárias

Abaixo apresentamos a composição analítica de “obrigações tributárias”:

	2020	2019
Impostos e contribuições a recolher	7	8
Impostos retidos terceiros a recolher	<u>41</u>	<u>40</u>
Total	<u>48</u>	<u>48</u>

11 Adiantamento de cessionários

Refere-se a contratos de Termos de Cessão de Áreas-TCA, que são pagos antecipadamente pelos cessionários para realizarem seus eventos no Pavilhão Ciccillo Matarazzo e no Lounge da FBSP. Tais adiantamentos são contabilizados como receitas (resultado) no mês da realização do evento. Em 31 de dezembro de 2020, a FBSP possuía registrado o montante de R\$ 4.078 (R\$ 3.497 em 2019).

12 Subvenções a realizar

As subvenções a realizar ao final do exercício de 2020 eram compostas pelos seguintes projetos:

Subvenções a realizar	Valor total do Projeto	Vigência		Saldos em 31/12/2019	Captação de Recursos	Rendimentos Financeiros	Transferência	Devoluções	Consumo (nota explicativa 17)	Saldos em 31/12/2020
		Início	Fim							
Revitalização do Pavilhão (i)	5.000	28/12/2009	29/09/2011	1.063	-	-	-	-	(147)	916
Plano Anual 2019 Pronac 182614 (ii)	2.627	01/01/2019	31/12/2019	3.000	-	-	(3.000)	-	-	-
Plano Anual 2019 ProAC 27210 (iii)	1.194	16/09/2019	31/01/2020	115	-	-	-	(62)	(53)	-
Prefeitura do Município SP 2019 (iv)	3.430	05/09/2019	31/05/2020	2.241	-	13	-	-	(2.254)	-
Plano Bianual 2020/2021 Pronac 191925 (v)	51.740	01/01/2020	31/12/2021	12.775	12.430	288	3.012	-	(10.739)	17.766
Plano Anual 2020 Promac 2020020300917 (vi)	1.000	10/08/2020	10/05/2021	-	1.000	6	-	-	(436)	570
Prefeitura do Município SP 2020 (iv)	3.578	08/12/2020	31/05/2021	-	3.578	-	-	-	(1.260)	2.324
Plano Anual 2018 Pronac 191925 (vii)	-	01/01/2018	01/01/2018	-	300	-	-	-	-	300
				19.194	17.308	307	12	(62)	(14.883)	21.876

- (i) A revitalização do Pavilhão da Fundação Bienal foi um projeto que visou manter e restabelecer conceitos do projeto do arquiteto Oscar Niemeyer, por meio da reforma e adaptação das áreas administrativas, que foram remanejadas, retiradas e delimitadas as alvenarias e instalações provisórias, devolvendo ao pavilhão as originais e principais características arquitetônicas e seu projeto original. O saldo remanescente está sendo utilizado para compensar as despesas com depreciações.

- (ii) Plano Anual 2019 Pronac 182614: o projeto previu a realização das atividades da Fundação Bienal de São Paulo ao longo de 2019, tais como mostras itinerantes da 33ª Bienal de São Paulo, exposição da representação brasileira na 58ª Bienal de Veneza, projeto curatorial da 34ª Bienal de São Paulo, desmontagem da 33ª Bienal de São Paulo, ações de difusão e educativas, preservação dos acervos do Arquivo Histórico Wanda Svevo e a manutenção da instituição cultural e do Pavilhão Cicillo Matarazzo. Conforme mecanismo de utilização dos planos anuais, o saldo remanescente do Plano Anual de 2019 migrou, em 2020, para o projeto Plano Bienal de 2020/2021.
- (iii) Plano Anual 2019 ProAC 27210: O Projeto previu a realização das atividades da Fundação Bienal de São Paulo ao longo de 2019 com foco em ações de preservação e conservação do pavilhão Cicillo Matarazzo e de difusão, para o público, da história da Bienal de São Paulo e do Pavilhão no contexto da história da arquitetura e da arte no Brasil.
- (iv) A Subvenção da Prefeitura de São Paulo é uma contribuição anual de 21.000 UFMs definida por decreto municipal. O valor desta subvenção visa à manutenção e conservação da Fundação Bienal de São Paulo e do Pavilhão Cicillo Matarazzo, incluindo pagamento de despesas administrativas da FBSP e despesas com pessoal (salários, encargos e benefícios).
- (v) Plano Anual 2020 PRONAC 191925: O projeto inicialmente previa a realização das atividades da Fundação Bienal para o ano de 2020, incluindo a realização da 34ª Bienal de São Paulo, a publicação de um catálogo com conteúdos relativos à mostra, a promoção de ações de fomento à produção artística e sua difusão, a preservação e tratamentos dos acervos do Arquivo Histórico e a manutenção de sua estrutura organizacional e administrativa. Com a prorrogação da mostra da 34ª Bienal de São Paulo o projeto se estende até 31/12/2021 conforme publicação no D.O.U. em 29/10/2020 alterando o nome do projeto para Plano Bianual 2020/2021 mantendo as atividades originais do projeto.
- (vi) Plano Anual 2020 Promac 2020020300917: O projeto tem como objeto a promoção das atividades anuais de preservação dos acervos do Arquivo Histórico Wanda Svevo. Dedicadas à valorização da memória e à difusão cultural, essas atividades são parte integrante do Plano Anual de Atividades 2020 da Fundação Bienal de São Paulo, cujo programa geral ainda prevê a realização da 34ª Bienal de São Paulo e a publicação de um catálogo com conteúdos relativos à mostra, a promoção de ações de fomento à produção artística e sua difusão junto a público.
- (vii) Plano Anual 2018 - PRONAC 177114: O projeto foi encerrado em 2018 e o valor de R\$ 300 mil apresentado ao final de 2020, refere-se ao depósito efetuado por equívoco no Pronac 177114, o correto seria para o Pronac 191925 do Plano Bianual 2020/2021. A Fundação Bienal solicitou junto a Secretaria Especial da Cultura a transferência dos recursos para o Pronac 191925.

13 Provisão para contingências

Na data das demonstrações financeiras, a FBSP apresentava as seguintes provisões para contingências e correspondentes depósitos judiciais:

	2020		2019	
	Depósito judicial	Provisão para contingência	Líquido	Líquido
Contingências trabalhistas	3	-	3	47
	3	-	3	47

Em 31 de dezembro de 2020, a FBSP não possuía processo judicial de natureza trabalhista com probabilidade de perda classificada como possível ou provável.

14 Patrimônio Líquido

a. Patrimônio Social

Está apresentado pelos montantes históricos dos superávits/déficits apurados anualmente.

Abaixo apresentamos a composição analítica do “patrimônio social”:

	2020	2019
Patrimônio social	4.066	3.076
Reserva de capital	2.437	2.437
Reserva de reavaliação	842	1.050
	7.345	6.563

b. Reserva de capital

Composta, substancialmente, pelas doações de bens recebidas desde a data de constituição da Fundação.

c. Reserva de reavaliação

Constituída em 31 de dezembro de 2006, suportada por laudos de avaliação emitidos por peritos independentes, que é decorrente de ativos próprios representados por obras civis, instalações, móveis e utensílios, equipamentos de processamento eletrônico de dados e máquinas e equipamentos, cuja reserva está sendo realizada a crédito de resultado acumulados por depreciação baseada na estimativa da vida útil econômica revisada dos bens. A realização da reserva é feita de forma linear pelo prazo de quinze anos, restando cinco anos para o término da realização.

15 Aspectos fiscais

A lei complementar a que se refere o art. 150, VI, “c”, é o Código Tributário Nacional (“CTN”), que, em seu artigo 14, fixou três requisitos para o gozo do benefício tributário pelas entidades de assistência social: (i) não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; (ii) aplicarem integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; e (iii) manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão. Também introduzido em sede constitucional pelo art. 31, da Constituição Federal de 1946, mantido no art. 20 da Carta de 1969 e, finalmente, no art. 150 VI “c” da Constituição de 1988, é vedado à União, aos Estados e Municípios instituir impostos sobre a renda, patrimônio e serviços das instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos previstos em lei.

Para ser considerada uma instituição de educação e assistência social, não basta, portanto, que o estatuto social preveja a condição de que a FBSP seja ‘sem fins lucrativos’, mas também que, desde sua criação, fique claramente demonstrado, pelo objetivo estatutário e pela prática cotidiana, que a FBSP não se destina à satisfação de interesses de seus instituidores ou dirigentes, mas sim, à realização de atividades de caráter altruístico, voltadas ao interesse coletivo e ao desenvolvimento e bem estar da comunidade em que atua.

A FBSP enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e das finalidades da FBSP, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a Lei no 9.532 de 10 de dezembro de 1997, pode proporcionar a perda total da isenção da qual goza a FBSP.

Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias de sua atividade, destacam-se o seguinte: (a) Programa de Integração Social (PIS) - contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos e (b) Contribuição para o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), à alíquota de 28,8% sobre o montante da folha de pagamento.

16 Receitas

Abaixo apresentamos as receitas com restrição relacionadas aos projetos e as receitas sem restrição originadas pelas operações e ações da FBSP:

Com restrição

Programas de atividades culturais

	2020	2019
Convênio - MinC - Revitalização do Pavilhão	147	147
Prefeitura Municipal de São Paulo 2018	-	2.550
Prefeitura Municipal de São Paulo 2019	2.241	1.189
Prefeitura Municipal de São Paulo 2020	1.254	-
Programa de Apoio a Cultura - PROAC	53	544
Programa Nacional de Apoio a Cultura - PRONAC	10.452	9.688
Programa Municipal de Apoio a Projetos Culturais - Pro-Mac	429	-
Subtotal	14.576	14.118
Rendimentos Financeiros	307	125
Total	14.883	14.243

Sem restrição

Contribuições e doações

	2020	2019
Receitas de Doações	602	628
Receitas de Patrocínios	849	3.560
Cessão de Área	2.804	5.866
Receita de Serviços Prestados	-	600
Receitas Jantar Bienal 2018	-	7
Subtotal	<u>4.255</u>	<u>10.661</u>
Rendimentos financeiros	221	117
Trabalho voluntário	221	299
Subtotal	<u>442</u>	<u>416</u>
Total	<u>4.697</u>	<u>11.077</u>

As receitas de doações são obtidas por meio apoio de representações (consulados e embaixadas) e institutos nacionais que colaboram com a participação dos artistas de seus respectivos países nas exposições organizadas pela FBSP.

As receitas de patrocínios (não incentivados) são obtidas por meio de parcerias com a Bloomberg e Klabin S.A, por conta da parceria em conjunto de atividades na exposição da 34ª Bienal de São Paulo.

17 Despesas gerais com projetos

Abaixo apresentamos as despesas por projeto:

	2020	2019
Despesas comerciais	(15)	(42)
Despesas com ocupação	(745)	(1.351)
Utilidades e serviços	(2.205)	(2.467)
Serviços prestados por terceiros	(3.220)	(2.721)
Viagens e estadias	(47)	(110)
Tributos	(75)	(36)
Despesas financeiras	(3)	(3)
Depreciação e amortização	(147)	(147)
Subtotal	<u>(6.457)</u>	<u>(6.877)</u>
Despesas com pessoal	(8.426)	(7.366)
Total - Com restrição	<u>(14.883)</u>	<u>(14.243)</u>

Os montantes de R\$ 14.883 (2019 – R\$ 14.243) estão apresentados na demonstração dos resultados em Despesas com pessoal – projetos, no valor de R\$ 8.426 (2019 – R\$ 7.366), e em custos e despesas das atividades, no valor de R\$ 6.457 (2019 – R\$ 6.877)

Durante o exercício de 2020, a Fundação Bienal ocupou-se em realizar sua programação anual incluindo a manutenção da FBSP, do pavilhão edifício sede e consecução das atividades

expositivas e educativas relacionadas à 34ª Bienal. Ademais, a Fundação procurou adequar-se aos protocolos de segurança sanitária em função da pandemia de Covid-19.

Os custos incorridos no Plano Bianual 2020/2021 - Pronac referem-se, basicamente, às despesas com folha de pagamento e encargos sociais, manutenção do pavilhão e suas equipes de apoio, execução de exposições prévias da 34ª Bienal e a preparação da mostra principal da 34ª Bienal de São Paulo, prorrogada para 2021, mas que manteve seus compromissos com fornecedores, artistas e curadores.

Além disso, houve custos incorridos pela Subvenção da Prefeitura do Município de São Paulo que visa a manutenção e conservação da Fundação Bienal, incluindo despesas administrativas e despesas com pessoal, e o projeto Plano Anual 2020 - Pro-Mac cujo objetivo foi manter a continuidade das atividades de tratamento e preservação dos acervos do Arquivo Histórico Wanda Svevo.

18 Despesas das atividades – próprias

Abaixo apresentamos as despesas das atividades – sem restrição

	2020	2019
Despesas comerciais	(13)	(61)
Despesas com ocupação	(422)	302
Utilidades e serviços	(379)	(1.442)
Serviços prestados por terceiros	(696)	(1.236)
Outras despesas	<u>(136)</u>	<u>(264)</u>
Subtotal - sem restrição	<u>(1.646)</u>	<u>(2.701)</u>
Despesas com pessoal	<u>(1.524)</u>	<u>(3.094)</u>
Despesas fiscais, trabalhistas e civeis	<u>-</u>	<u>(23)</u>
Despesas financeiras	<u>(16)</u>	<u>(159)</u>

Os valores acima foram incluídos na Demonstração do resultado do exercício em Despesas de pessoal – próprias, no valor de R\$ 1.524 (2019 – 3.094), e Despesas administrativas e gerais – próprias, no valor de R\$ 1.646 (2019 – R\$ 2.701).

19 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2020, a posição pode ser assim sumarizada:

Modalidade	Vencimento		Cobertura
Incêndio, inclusive decorrente de tumultos; queda de raio; explosão de qualquer natureza e implosão	20/08/2021	R\$	47.000
Despesas fixas - decorrentes de incêndio, inclusive resultantes de tumultos, queda de raio, explosão de qualquer natureza e implosão P.I. = 6 meses	20/08/2021	R\$	2.750
Alagamento e/ou inundação	20/08/2021	R\$	2.000
Danos elétricos	20/08/2021	R\$	550
Equipamentos eletrônicos sem roubo	20/08/2021	R\$	300
Equipamentos estacionários	20/08/2021	R\$	500
Equipamentos móveis (com tração própria)	20/08/2021	R\$	95
Equipamentos cinematográficos, fotográficos e de televisão operados exclusivamente em estúdios, laboratórios ou reportagens externas	20/08/2021	R\$	33
Quebra de Vidros	20/08/2021	R\$	1.000
Responsabilidade civil estabelecimentos comerciais e/ou industriais	20/08/2021	R\$	350
Roubo e furto qualificado de bens nas dependências do segurado	20/08/2021	R\$	87
Roubo de valores no interior das dependências do segurado	20/08/2021	R\$	11
Tumultos, greves e lock-out	20/08/2021	R\$	170
Vazamento accidental de tanque, ruptura de encanamentos ou tubulações do próprio imóvel	20/08/2021	R\$	1.000
Vendaval, fumaça, ciclone, tornado, granizo, queda de aeronaves, impacto de veículos terrestres e fumaça	20/08/2021	R\$	850

Despesas fixas: a cobertura de despesas fixas na apólice da FBSP se justifica pela eventual impossibilidade de a mesma realizar a cessão do espaço do pavilhão para eventos de terceiros. Sendo esta sua principal fonte de receitas, caso a FBSP não aufera receitas pela cessão do espaço, poderá receber da seguradora o valor da cobertura registrada na apólice.

O valor de prêmio pago em 2020 foi de R\$ 31 (R\$ 32 em 2019). Essa despesa é registrada na rubrica “Ativo circulante – Adiantamentos e créditos a receber”, apropriado de acordo com a vigência da apólice no resultado na rubrica “Despesas administrativas e gerais”.

20 Trabalho voluntário

A Resolução CFC n°. 1.409 que aprovou a NBC ITG Entidades sem fins lucrativos, determina que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

Em atendimento a esta norma e com base nos registros da FBSP, foram levantados e valorizados todos os trabalhos voluntários prestados para a FBSP no exercício de 2020. Este levantamento levou em consideração: participações dos membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretoria executiva em reuniões durante o exercício de 2020. Essa verificação foi realizada por meio da lista de presença registrada nas atas de cada uma das reuniões.

Calculou-se o valor a ser reconhecido em 2020 para o trabalho voluntário desenvolvido na FBSP multiplicando-se o número de horas dedicadas pelos voluntários pelo valor da hora definido com base na 7ª edição da pesquisa do IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, sobre remuneração dos administradores em diversas empresas.

Em 31 de dezembro de 2020, a FBSP reconheceu em seu balanço o valor de R\$ 221, referente ao trabalho voluntário (R\$ 299 em 2019).

21 Outras informações

a. Processos sob análise - Ministério da Cultura - MinC

Em maio de 2013, a FBSP e o Ministério da Cultura - MinC assinaram um acordo de confissão de dívida e parcelamento de débito para reconhecer e parcelar a dívida da instituição perante ao Ministério da Cultura - MinC, tendo em vista possíveis irregularidades apontadas nas prestações de contas de repasses de recursos federais recebidos em 14 Convênios do período 1999-2007, de números: 344/1999, 012/1999, 075/2001, 366/2001, 178/2002, 505/2002, 540/2002, 177/2003, 211/2004, 520/2004, 351/2005, 888/2005, 399/2006 e 557/2007.

Por meio do acordo firmado, a FBSP reconheceu dever ao MinC a importância de R\$ 12.217, em valores atualizados até 30 de abril de 2013, a serem pagos em até 52 parcelas mensais, de acordo com um cronograma mutuamente aceito. O reconhecimento da dívida, o compromisso de pagamento parcelado e a assinatura do acordo permitiram que o nome da FBSP fosse retirado do cadastro de inadimplentes do MinC e que, assim, pudesse retomar suas atividades, apresentando novos projetos para captação de recursos incentivados, antes suspensas por conta da alegada inadimplência.

O total do acordo foi apresentado pela FBSP ao MinC, após extenso trabalho realizado entre último semestre de 2012 e primeiro trimestre de 2013 por empresa de auditoria independente contratada pela FBSP. Os auditores, sob orientação da FBSP e do MinC, identificaram todos os lançamentos contábeis dos 14 convênios e revisaram a adequação dos mesmos para fins de prestação de contas, considerando os critérios estabelecidos pela regulamentação pertinente. O montante de R\$ 12.217 corresponde à somatória das despesas glosadas nos 14 convênios firmados com a FBSP, pelo fato dessas despesas não estarem integralmente de acordo com as normas legais aplicáveis.

Abaixo apresentamos a composição dos convênios, parcelas e valores incluídos no acordo, que foram integralmente quitadas no período de janeiro a abril de 2018:

Convênio	Pronac	Nomenclatura	Saldo na data do acordo por convênio	Quantidade de parcelas por convênio	
1	344/1999	99-9385	Produção/concepção curatorial da 25ª Bienal de São Paulo	247	12
2	012/1999	99-6036	48ª Bienal de Veneza-Participação Brasileira	327	16
3	075/2001	00-6968	Apoio às comemorações dos 50 Anos da Bienal de São Paulo	652	24
4	366/2001	01-6118	Apoio à preparação da 25ª Edição da Bienal de São Paulo	1.398	36
5	178/2002	02-7605	Apoio à realização da 25ª Bienal de São Paulo	1.146	52
6	505/2002	02-8097	8ª. Mostra Internacional de Arquitetura de Veneza	427	8
7	540/2002	02-8563	Apoio à preparação da 26ª Edição da Bienal de São Paulo	2.806	40
8	177/2003	03-6025	Pré-produção artística da 26ª Bienal de São Paulo	1.469	40
9	211/2004	04-1540	Apoio à 26ª Edição da Bienal de São Paulo - 2004	1.780	40
10	520/2004	04-6642	Itinerância da 26ª Bienal (Salvador, Buenos Aires, Santiago e Lima)	363	16
11	888/2005	05-3207	Plano de atividades da FBSP em 2006 - 27ªBSP,MIA Veneza, AHWS	354	8
12	351/2005	06-6927	Apoio ao Encontro Nacional de Cultura Educação e Cidadania - 2006	92	8
13	399/2006	06-7151	Execução final da 27ª Bienal de São Paulo	1.110	16
14	557/2007	07-10110	Fomento da arte contemporânea	46	8
			12.217		

Abaixo, a situação dos 14 convênios parcelados junto ao Ministério da Cultura:

1. Convênio PRONAC 99-9385 (Convênio nº 344/1999): os pagamentos relativos a este convênio foram realizados no período de janeiro a dezembro de 2014. Em 13/02/2015, recebemos o Ofício 82/2015/GAB/SEFIC-MinC, informando que a prestação de contas havia sido aprovada conforme Laudo Final de Reversão da Reprovação nº 001/2015/CGEPC/DIC/SEFIC/MinC. Em 24/05/2017, recebemos o Ofício SEI 129/2017/G6 - Passivo CGEXE/SPOA-MINC, informando que seriam reexaminados os convênios 344/1999 e 505/2002 e, em 04/07/2017, recebemos Ofício, embasado no parecer Nº 61/2017/G6-Passivo/CGEXE/SPOA/SE, que indica a manutenção da reprovação da prestação de contas, decisão da qual a FBSP recorreu e ainda aguarda a resposta do MinC. Em 05/09/2018, recebemos o Ofício SEI 94/2018/CPCON/CGEXE/SPOA/SE-MINC, com esclarecimentos acerca das reanálises dos convênios de que trata o Acordo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito, sendo que, com relação ao Convênio 99-9385, consta reprovação da Prestação de contas em decorrência de gastos não relacionados ao Plano de Trabalho e exigência de restituição de R\$ 19. Finalmente,

em 19/09/2018, recebemos o Ofício SEI 115/2018/CPCON/CGEXE/SPOA/SE-MINC, que retifica as informações do Ofício anterior e informa que, com relação ao Convênio 99-9385, após a revisão dos cálculos, a FBSP passa a ter um crédito de no valor de R\$ 3.

2. Convênio PRONAC 99-6036 (Convênio nº 012/1999): em 18/06/2018, recebemos o Ofício SEI 246/2018/G6-Passivo/CGEXE/SPOA/SE-MINC, informando que a prestação de contas relativa a este convênio havia sido aprovada, restando em favor da FBSP o saldo de R\$ 189.
3. Convênio PRONAC 00-6968 (Convênio nº 075/2001): os pagamentos relativos a este convênio foram efetuados no período de janeiro de 2014 a dezembro de 2015. Em 09/11/2017, recebemos o Ofício 293/2017/G6-Passivo/CGEXE/SPOA/SE, cujo parecer indica a reprovação da prestação de contas. A FBSP recorreu da decisão com recurso, que foi recebido como pedido de revisão. A reprovação das contas foi mantida, conforme Ofício SEI 66/2018/G6-Passivo/CGEXE/SPOA/SE-MINC e, então, foi apresentado novo recurso, que foi improvido, conforme Ofício SEI 1/2019/CPCON/CGEXE/SPOA/SE-MINC. Em 05/09/2018, recebemos o Ofício SEI 94/2018/CPCON/CGEXE/SPOA/SE-MINC, que apresenta esclarecimentos acerca das reanálises dos convênios de que trata o Acordo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito, o qual informa a reprovação da prestação de contas, resultando o valor a ser restituído ao MinC de R\$ 187.
4. Convênio PRONAC 01-6118 (Convênio nº 366/2001): ainda estamos aguardando a análise técnico-financeira deste convênio. Os pagamentos a ele relacionados foram efetuados no período de janeiro de 2014 a dezembro 2016. Em 05/09/2018, recebemos o Ofício SEI 94/2018/CPCON/CGEXE/SPOA/SE-MINC com esclarecimentos acerca das reanálises dos convênios de que trata o Acordo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito, por meio do qual informou-se que este Convênio ainda aguarda análise pelo Ministério da Cultura.
5. Convênio PRONAC 02-7605 (Convênio nº 178/2002): as 52 parcelas relativas a este convênio foram pagas no período de janeiro de 2014 a abril de 2018. Em 16/11/2017, foi recebido o Ofício SEI 330/2017/G6-Passivo/CGEXE/SPOA/SE-MINC, informando a reprovação da prestação de contas. Foi interposto recurso administrativo, que aguarda resposta. Em 05/09/2018, recebemos o Ofício SEI 94/2018/CPCON/CGEXE/SPOA/SE-MINC, que apresenta esclarecimentos acerca das reanálises dos convênios de que trata o Acordo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito e informa que o Convênio 02-7605 encontra-se com pedido de revisão encaminhada pela conveniente sob análise.
6. Convênio PRONAC 02-8097 (Convênio nº 505/2002): em 20/12/2013, recebemos os Ofícios 378 e 379/GAB/SEFIC-MINC, indicando a aprovação da prestação de contas e a existência de um crédito para FBSP no montante de R\$ 63. Em 29/05/2017, por meio do Ofício SEI 129/2017/G6 - Passivo CGEXE/SPOA/SE-MINC, a FBSP foi informada do reexame dos convênios 344/1999 e 505/2002. Em 27/11/2017, por meio do Ofício SEI 285/2017/G6 - PASSIVO/CGEXE/SPOA/SE-MINC, a FBSP foi informada da re-aprovação da prestação de contas com crédito em seu nome.

7. Convênio PRONAC 02-8563 (Convênio nº 540/2002): ainda estamos aguardando a análise técnico-financeira deste convênio, sendo que já foram pagas 40 parcelas relativas a ele, no período de janeiro de 2015 e abril de 2018. Em 05/09/2018, recebemos o Ofício SEI 94/2018/CPCON/CGEXE/SPOA/SE-MINC com esclarecimentos acerca das reanálises dos convênios de que trata o Acordo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito, por meio do qual fomos informados que o Convênio 02-8563 ainda aguarda análise pelo Ministério da Cultura.
8. Convênio PRONAC 03-6025 (Convênio nº 177/2003): ainda estamos aguardando a análise técnico-financeira deste convênio, sendo que já foram pagas 40 parcelas relativas a ele, no período de janeiro de 2015 a abril de 2018. Em 05/09/2018, recebemos o Ofício SEI 94/2018/CPCON/CGEXE/SPOA/SE-MINC com esclarecimentos acerca das reanálises dos convênios de que trata o Acordo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito, por meio do qual fomos informados que o Convênio 03-6025 ainda aguarda análise pelo Ministério da Cultura.
9. Convênio PRONAC 04-1540 (Convênio nº 211/2004): as 40 parcelas relativas a este convênio foram pagas no período de janeiro de 2015 a abril de 2015. Em 18/06/2018, foi recebido o Ofício SEI 250/2018/G6-Passivo/CGEXE/SPOA/SE-MINC, informando que a prestação de contas do convênio foi reprovada parcialmente. Em 05/09/2018, recebemos o Ofício SEI 94/2018/CPCON/CGEXE/SPOA/SE-MINC com esclarecimentos acerca das reanálises dos convênios de que trata o Acordo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito, por meio do qual fomos informados que o processo relativo ao Convênio 04-1540 ainda encontra-se em análise de recurso interposto pela conveniente, em decorrência do grande volume de documentos a serem verificados.
10. Convênio PRONAC 04-6642 (Convênio nº 520/2004): ainda estamos aguardando a análise técnico-financeira deste convênio, sendo que já foram pagas 16 parcelas no período de janeiro de 2017 a abril de 2018. Em 05/09/2018, recebemos o Ofício SEI 94/2018/CPCON/CGEXE/SPOA/SE-MINC, com esclarecimentos acerca das reanálises dos convênios de que trata o Acordo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito, por meio do qual fomos informados que o Convênio 04-6642 ainda aguarda análise pelo Ministério da Cultura.
11. Convênio PRONAC 05-3207 (Convênio nº 888/2005): em 24/12/2014, este convênio foi diligenciado para prestação de contas. A FBSP respondeu e aguarda análise de resposta de diligência. Os pagamentos relativos a esse convênio foram efetuados no período de maio à dezembro de 2013. Em 05/09/2018, recebemos o Ofício SEI 94/2018/CPCON/CGEXE/SPOA/SE-MINC com esclarecimentos acerca das reanálises dos convênios de que trata o Acordo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito, por meio do qual fomos informados que o Convênio 05-3207 ainda aguarda análise pelo Ministério da Cultura.
12. Convênio PRONAC 06-6927 (Convênio nº 351/2005): em 02/06/2014, este convênio foi diligenciado para prestação de contas. A FBSP respondeu e aguarda análise de resposta de diligência. Os pagamentos relativos a esse convênio foram efetuados no período de maio a dezembro de 2013. Em 05/09/2018, recebemos o Ofício SEI 94/2018/CPCON/CGEXE/SPOA/SE-MINC com esclarecimentos acerca das reanálises dos convênios de que trata o Acordo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito, por meio do

qual fomos informados da reprovação das contas do Convênio 06-6927, resultando o valor a ser restituído ao MinC de R\$ 187.

13. Convênio PRONAC 06-7151 (Convênio nº 399/2006): este convênio foi diligenciado para a prestação de contas. FBSP respondeu e aguarda análise de resposta da diligência. Os pagamentos relativos a esse convênio foram efetuados em 16 parcelas, pagas no período de janeiro de 2017 a abril de 2018. Em 05/09/2018, recebemos o Ofício SEI 94/2018/CPCON/CGEXE/SPOA/SE-MINC, com esclarecimentos acerca das reanálises dos convênios de que trata o Acordo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito e informando que o Convênio 06-7151 ainda aguarda análise pelo Ministério da Cultura.
14. Convênio PRONAC 07-10110 (Convênio nº 557/2007): este convênio foi diligenciado em 23/05/2014 para a prestação de contas. A FBSP respondeu e aguarda análise de resposta de diligência. Os pagamentos relativos a este convênio foram efetuados no período de maio a dezembro de 2013. Em 05/09/2018, recebemos o Ofício SEI 94/2018/CPCON/CGEXE/SPOA/SE-MINC com esclarecimentos acerca das reanálises dos convênios de que trata o Acordo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito, informando que o Convênio 07-10110 ainda aguarda análise pelo Ministério da Cultura.

Esclarece-se que, conforme a Nota 151/2016/CONJUR-MINC/CGU/AGU (SEI 0188853), qualquer saldo em favor do Ministério ou da conveniente só será apurado após a conclusão da análise das prestações de contas descritas na Cláusula Primeira do Acordo de Confissão de Dívida, quando serão tomadas as medidas cabíveis.

Ao contratar a auditoria externa a FBSP teve, em concordância com o MinC, os seguintes objetivos:

15. Reorganizar, formalmente, as prestações de contas dos 14 convênios, para que o MinC pudesse analisar novamente com maior agilidade e facilidade;
 16. Em um segundo momento, permitir a avaliação da melhor estimativa para o valor de despesas glosadas ou glosáveis, para que o MinC e a FBSP pudessem estabelecer as bases do acordo e iniciar os pagamentos;
 17. Permitir a FBSP sair da situação de inadimplência.
De maio de 2013 a abril de 2018, os pagamentos efetuados pela FBSP referentes ao acordo de confissão de dívidas e parcelamento de débitos somaram o total de R\$ 17.035, valor que representa a quitação de 100% da dívida, honrando os compromissos do acordo firmado com o MinC. Conforme enumerado acima, alguns convênios continuam em análise pela Secretaria Especial de Cultura para conclusão do processo.
- b. Instrumentos financeiros derivativos**
Durante os exercícios de 2020 e de 2019, a FBSP não operou com instrumentos financeiros derivativos.
 - c. Benefícios a empregados**
A FBSP não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados após sua saída.

d. Partes relacionadas

O Estatuto Social possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho e da Diretoria. Dessa forma, a FBSP não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão de competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos a membros do Conselho ou Diretoria.

22 Outros assuntos

Desde o início de 2021, a pandemia do Covid-19 continua impactando adversamente as atividades econômicas no Brasil e no mundo. O início do processo de vacinação ainda em fase embrionária deverá demandar todo o ano o que ainda impede qualquer previsão de retomada normal das atividades culturais. A administração continua monitorando os desdobramentos relacionados ao Covid-19, coordenando sua resposta operacional com base nos planos de continuidade das atividades existentes e nas orientações de organizações globais de saúde, governos relevantes e melhores práticas gerais de resposta a pandemia e os potenciais efeitos nas atividades da Fundação, especialmente na realização da mostra 34ª Bienal de São Paulo prevista para início de setembro de 2021.

Antonio Thomaz Lessa Garcia Junior
Superintendente Executivo

Amarildo Firmino Gomes
Contador
CRC 1SP186464/O-2